SERVIÇO SOCIAL E PERSONALISMO ÉTICO: do código ao diálogo

Marcelo Santos Sodré¹

Girlene Costa de Oliveira²

Resumo

Em meio aos fatores que propiciaram o amadurecimento teórico e metodológico do Serviço Social no contexto brasileiro a partir da década de 1980, a ética surge como tema fundamental para nortear o comportamento do assistente social no exercício de sua profissão. Assim sendo, este trabalho não apenas reflete sobre a ética e a moral do ponto de vista da relação indivíduo-sociedade, mas a partir de uma abordagem ontológica, personalista e efetivamente humana, como forma de romper com a perspectiva cartesiana, mecanicista e fragmentada que tanto consolidou o individualismo numa sociedade caracterizada por um politeísmo e colisão de valores.

Palavras-chaves: Serviço Social, Ética, Personalismo, Ontologia, Humanidade.

Resumen

Entre los factores que llevaron a la maduración teórica y metodológica de Servicio Social en el contexto brasileño de la década de 1980, la ética surge como un tema clave para guiar el comportamiento del asistente social en el ejercicio de su profesión. Este trabajo no sólo se refleja en ética y moral el punto de vista de la relación individuo-sociedad, pero a parti de un enfoque ontológica, personalista y eficaz humana como una forma de romper con el enfoque mecanicista, cartesiana y

¹ Sociólogo, Professor Seduc / Parfor UFPA e UFRA, Doutorando em Ciências Sociais – UFPA. E-mail: marcelo_ufpa2@yahoo.com.br

² Graduanda do 4º Semestre em Serviço Social – UNIP/PA E-mail: girlene.oliveiraa33@gmail.com

fragmentaria que tanto individualismo consolidada en una sociedad caracterizada por el politeísmo y la colisión de valores.

Palabras clave: Servicio Social, Ética, Personalismo, Ontología, Humanidad.

1. INTRODUÇÃO

A década de 1980 foi decisiva para o Serviço Social em função do amadurecimento de seu movimento de “**renovação**”/“**reconceituação**” o qual já vinha ocorrendo no contexto brasileiro desde os anos 60 do século passado, prolongando-se aos dias atuais. Nos anos 80, o país vivenciava o período de transição entre uma Ditadura Militar e o processo de Redemocratização, o qual se consolidou com a Constituição de 1988.

Para o Serviço Social, a **renovação** se constituiu em uma revisão crítica do marco referencial e das práticas profissionais do assistente social, fazendo amadurecer o paradigma “crítico-dialético” através de fóruns de discussões e produções acadêmicas, que promoveram debates teóricos, metodológicos, epistemológicos e hermenêuticos, ajudando a reconfigurar principalmente a postura do assistente social diante do exercício de sua profissão, considerando aquelas realizadas nas instituições. Emergiram no meio acadêmico e na política nacional os debates sobre a ética, a valorização da diversidade cultural, a importância dos Direitos Humanos, as transformações no âmbito das relações de trabalho e a relevância das lutas de movimentos organizados por direitos democráticos.

Entre os debates mais importantes se destacaram os referentes ao Código de Ética Profissional do Assistente Social, elemento Legal que propunha orientar o comportamento do profissional da área em direção a uma “aliança” (“ética”) com os usuários, acerca dos direitos sociais, da liberdade, da cidadania, da democracia, etc. Esses debates objetivavam promover a ruptura com a perspectiva ou paradigma instrumental-cartesiano, burocrático, estatal, corporativista e meramente assistencialista, características que marcaram a realidade do Serviço Social durante a Ditadura Militar no país, tão representada pelos trabalhos filantrópicos das instituições estatais e das Igrejas. Assim, foi repensada a profissão, o ensino, o currículo e a “pessoa” do assistente social segundo o olhar do Código de Ética, mas, será que somente isso é suficiente para que o assistente social possa efetivamente orientar-se através de uma ética verdadeiramente humana e humanizadora?

Para solucionar este problema, nossas reflexões ontológicas abrangerão uma colisão entre dois horizontes em meio à relação indivíduo-sociedade no que diz respeito a moral e a ética: a *Cartesiana* e a *Personalística*. Pois, enquanto a primeira considera o indivíduo nas

instituições como algo impessoal, ou seja, como uma “coisa” que está a serviço da sociedade conforme a função especializada ou papel (BUBER, 2001) que atua, onde a sua competência técnica é medida pela prática das regras impessoais, burocráticas e predominantemente racionalizadas no ambiente de trabalho; a segunda o concebe enquanto “pessoa” dotada de humanidade, e, portanto, capaz de estabelecer com o outro uma relação verdadeiramente ética para além da impessoalidade pressuposta na noção de código.

Sendo assim, neste trabalho iremos refletir sobre a importância da ética e da moral para a prática profissional do Assistente Social no interior das instituições, considerando as contribuições de alguns autores, como Bonetti, Vinagre, Sales, Gonelli, Cortella, Simões, Mounier, Lévinas, Arendt e Buber como forma de avançarmos em direção a uma abordagem **Personalista** da ética, enquanto elemento político e humanizador das relações sociais, arrancando as pessoas do âmbito restrito dos Códigos de Ética.

Por fim, este trabalho é uma síntese de minhas primeiras observações acerca do tema da “Ética no Serviço Social” o qual irei desenvolver no meu Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Sob a orientação inicial do Professor Marcelo Sodré, decidimos configurá-lo em forma de artigo para submetê-lo ao GT “Ética, Direitos Humanos e Serviço Social” do Seminário Nacional “Serviço Social e Pesquisa Social na Amazônia” a ser realizado em Belém no mês de setembro de 2016.

2. SERVIÇO SOCIAL E O PERSONALISMO ÉTICO

Segundo pensa as autoras/organizadoras do livro “**Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis**” (2012), Bonetti, Vinagre, Sales e Gonelli, a **renovação** propiciou a revisão da matriz “crítico-dialético” na esfera teórica e metodológica. Devido à diversidade cultural e à complexidade das “estruturas sociais” não é mais possível, por exemplo, interpretar as relações de trabalho apenas do ponto de vista da oposição entre duas classes sociais. É necessário avançar para além destes pressupostos.

Assim, fica evidente a indispensabilidade de inserir na análise das “questões sociais” uma abordagem que considere determinadas dicotomias, antes pouco trabalhadas pela teoria “crítico-dialético”. Essas dicotomias são: a “**relação indivíduo/sociedade, heterogeneidade das classes sociais e constituição da subjetividade**” (BONETTI, et al., 2012, p.16). É neste contexto que o debate sobre a ética assume sentido e relevância para a sociedade e para os profissionais do Serviço Social. É por este viés que as autoras do livro citado (2012) abordam a importância de um projeto profissional que persiga no âmbito da ética a ideia do “**homem vivo, ‘de carne e osso’**”, ao mesmo tempo em que

visava a ressignificação da noção de liberdade, considerando-a como valor ético fundamental. Isto implica a superação de concepções liberais, tomando o homem como ser de liberdade e de criação, que se produz nas e a partir das relações sociais. Então, trata-se de um homem complexo, síntese de múltiplas determinações, logo pluridimensional, multifacético. Um homem que precisa ser apreendido criticamente, na complexidade concreta e histórica das mediações de classe e pelos cortes de gêneros, raça/etnia, geração e outras relações estabelecidas em um contexto onde a categoria totalidade é central (BENETTI, et al. 2012, p.17)

Quer dizer, essas autoras (BENETTI et al., 2012) defendem a premissa de recusarmos qualquer planejamento ou articulação que tenha como ponto de partida um olhar fragmentado da realidade ou generalizações abstratas, e, a partir de suas inquietudes afirmam que esta **“nova ordem ética presume a superação de todos os processos de dominação-exploração, de autoritarismos de qualquer natureza, e de barbarização da vida social”** (idem, p.18). Portanto, elas propõem que a “nova práxis” do assistente social deva está ancorada na ética, esta concebida como referencial do agir moral e profissional. Neste sentido, compreender a ética do ponto de vista humanístico, considerando a dinâmica da relação indivíduo-sociedade, contribui para o amadurecimento da teoria “crítico-dialético”.

Um trabalho importante neste âmbito é o de Carlos Simões (2012), o qual tenta polemizar o movimento que vai da moral à ética no interior da relação indivíduo-sociedade. O autor (2012) destaca que o capitalismo propiciou a separação entre as esferas privada e pública, esferas que estavam indissociáveis nas sociedades pré-capitalistas. Nestas, indivíduos e sociedade se constituíam num único elemento: um “ser comunitário”. A vida do camponês é exemplar neste sentido. Seu trabalho tinha ao mesmo tempo um caráter econômico, moral, religioso e comunitário, e se ele “furava” o ciclo econômico, não estaria cumprindo com a sua palavra de honra (esta que é um valor moral), então, a sua falha no trabalho era considerada simultaneamente como uma falta para com a comunidade, e por isso, concebida com um “pecado”, pois a “falha” era vista enquanto uma atitude imoral. Esta moralidade era vivenciada espontaneamente e não orientada por regras impessoais:

havia uma moral do trabalho que era completamente diluída no trabalho em geral, coletivo. Não havia uma moral do trabalho, especificamente, um sistema de normas especializadas, não havia uma lei especificamente do trabalho. Havia sim, um complexo normativo único e global, em que o indivíduo era apenas uma síntese do coletivo e do individual. (SIMÕES, 2012, pp.74-75)

Este quadro muda com o capitalismo no momento em que este privatiza os meios de produção, os produtos, a sua distribuição, o seu consumo e a divisão do trabalho, divorciando a esfera privada e a pública, inclusive no âmbito do conceito de indivíduo. Neste contexto e conforme Simões (2012), o trabalho ficou submetido ao âmbito privado, enquanto que as questões que envolvem uma moral voltada para a coletividade, ficaram restritas à esfera pública, representada pelo Estado. No entanto, a esfera privada não ficou destituída de moral e de valores. O que ocorreu foi a privatização da moral e de valores pelos setores

específicos da sociedade. Cada setor criando suas normas de conduta e seus valores, seja através dos códigos, como o de ética, seja pelo jogo de sociabilidade no interior do ambiente de trabalho. Então, estamos diante de um politeísmo de valores os quais refletem apenas aos interesses privados dos setores particulares, negligenciando qualquer diálogo com a moral coletiva, a não ser que esta coincida com os interesses particulares em jogo.

Então, observamos no capitalismo o movimento pelo qual a moral ancorada na coletividade, ou seja, na esfera pública, é separada daquelas “morais” dos setores privados. Inclusive é possível constatar conflitos entre as morais privadas, quando há interesses opostos e posturas contraditórias entre si, ao mesmo tempo em que essas morais, pelo mesmo motivo, entram em choque com aquela correspondente à coletividade.

Este politeísmo de valores morais pode servir aos setores específicos da sociedade como forma de beneficiamento de si mesmos em detrimento da sociedade como um todo. Seja no setor produtivo ou no de serviços, os trabalhadores são socializados com as regras do jogo, no sentido de segui-las para garantir certa estabilidade no próprio emprego. Esta chantagem é a prática de uma sociabilidade que aprofunda o individualismo na sociedade capitalista, pois, os pensamentos e os comportamentos envolvidos deste fato estão submetidos a uma ética predominantemente egocêntrica. Buber (2001) menciona que o agir pautado numa ética egológica é expressão de uma relação do tipo “Eu-Isso”, ou seja, coisificada, já que as relações passam a ser mediadas pelo poder, pela racionalidade instrumental, por interesses exclusivamente particulares, por papéis sociais e por códigos impessoais. As consequências disso para o ser humano torna relevante a reflexão ética.

E se, por exemplo, o corporativismo de cada setor se nutre de prática egológica, é evidente que se constituirá em uma fonte maléfica para a sociedade como um todo em dois casos. No primeiro, podemos constatar a tendência dos setores privados (seja uma empresa, um partido, um sindicato, etc.) de quererem generalizar na coletividade (na esfera pública) seus interesses particulares, mesmo que para tal seja necessário a utilização instrumental de pessoas em proveito do próprio setor. No segundo caso, os setores podem enveredar para a eliminação de indivíduos na medida em que estes se revelam como obstáculos para os seus fins. Em ambos os casos, prevalece o universo do “Eu-Isso”.

Ainda em relação ao primeiro caso, podem coincidir os interesses particulares com os do coletivo, onde a relação se mantém numa certa estabilidade e aceitação, porque a concepção de indivíduo segundo a máxima “os fins justificam os meios” é compartilhada entre as esferas privadas e públicas; já no segundo caso, o outro é concebido simplesmente como o inimigo a ser abatido, eliminado, destruído. Estes são modelos de comportamentos exemplares de relações coisificadas (Eu-Isso) porque o ser humano é reduzido à condição de coisa, e tais atitudes são reflexos de um olhar fragmentado e “ofuscado”, vivendo nas rédeas da relação de dominação e de papéis sociais. “Ofuscamento” é um termo usado por

Adorno e Horkheimer (1988) para designar o olhar que extingui o outro da relação como resultado do avanço da razão instrumental subjetiva em todas as áreas da vida.

Em uma relação ofuscada, o “outro” só é importante na medida em que se submete aos interesses particulares de um “eu” ou de um “grupo”. Um exemplo que retrata este tipo de relação foi mencionado por Mário Sérgio Cortella (2012). Este lembra um fato que dois indivíduos pararam a vida de três milhões de pessoas em São Paulo por seis horas. Tudo aconteceu depois que um delegado prendeu um motorista de ônibus da CMTC. Neste momento, como relata o filósofo, 400 motoristas se posicionaram solidários ao amigo de profissão, assim como fizeram os colegas do policial.

Ambos defendiam o seu código moral diante do outro. Os primeiros contra a suposta atitude de abuso de poder do delegado, os segundos contra o desacato do motorista. Porém, ambos os grupos praticavam uma atitude moral com base em um princípio ético: o corporativismo de cunho egológico. Cortella menciona este fato para nos dizer justamente o que este episódio revela: **“Que a ética não é só relativa à história, à sociedade e à cultura, mas também às camadas sociais e às diferentes profissões”** (2012, p.61). Já no nosso entender, ambos os grupos são movidos por um olhar “fragmentado” e “ofuscado”, elementos que podem substanciar nossas práticas profissionais, e assim, nos desumanizar, pois a ética passa a ser percebida do ponto de vista instrumental e egológico, e passamos a viver no mundo do ISSO. Buber (2001) nos coloca a ideia de que o homem não vive sem o mundo do Isso, mas aquele que vive só deste mundo, não é homem.

Na verdade, as consequências mais nefastas deste tipo de relações sociais (no caso aqui refletidas também no âmbito das profissões) remonta, antes das observações de Adorno e Horkheimer (1988) e Buber (2001), às de Max Weber no livro “Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” (1985) e no texto “A Ciência como Vocação” (1995). Este autor, que envereda por uma hermenêutica compreensiva, lança mão de alguns conceitos (tipos ideais) para demonstrar como o avanço da racionalidade na modernidade coisificou e desumanizou as relações sociais. O processo de “desencantamento do mundo”, a noção de “jaula de ferro da razão instrumental”, a “perda do sentido da vida”, “o politeísmo de valores” e a “colisão de valores” são fenômenos que, imbricados, constatarem por um lado a separação e autonomização das esferas da vida (Social, Política, Econômica, Ética, etc.), e por outro, a racionalização da vida através de códigos normativos, ambas emergidas na dinâmica da relação indivíduo-sociedade no que diz respeito às esferas privada e pública.

Neste sentido, o “Desencantamento do mundo” (WEBER, 1985, 1995) se expressa através de dois vieses: no caso do estudo do protestantismo ascético o “desencantamento do mundo” significou a racionalização e moralização da religião no patamar de uma “desmagificação” do mundo; e no caso da ciência, esta é apresentada segundo uma concepção de Tecnologia destituída de sentido e de uma “ética humana”, porque tudo é

reduzido às explicações causais de fenômenos fragmentados e exteriores ao indivíduo. Sendo assim, o principal fenômeno observado através do “desencantamento do mundo” e da “crescente racionalização da vida” concernente aos dois vieses, é a subjugação total do sentimento até eliminá-lo por completo, como evidente nas palavras do próprio Weber:

O amor ao próximo – desde que só podia ser praticado para a glória de Deus e não em benefício da carne – é expresso, em primeiro lugar, no cumprimento das tarefas diárias dadas pela *lex naturae*, assumindo então um caráter peculiarmente objetivo e impessoal – aquele de serviço em prol da organização racional de nosso ambiente social (1985, p.75)

A organização racional de nosso ambiente social nada mais é do que a restrição de nossas ações às normas ou código impessoais, o que tende a eliminar a possibilidade de uma relação emocional. Assim, nas esferas privada e pública, nossas relações tendem a ser mediadas por ações racionais antecipadamente calculadas em proveito do individualismo. Assim, acreditamos que o Serviço Social no âmbito institucional (como ciência e profissão), deve ficar atento às consequências de reduzir a sua prática profissional em atitudes meramente orientadas por códigos morais e/ou Legais no sentido egológico do termo, pois sabemos que a humanidade retrocede na medida em que o individualismo avança.

Deste ponto de vista, acreditamos que este processo permeou todas as profissões na modernidade, e a do assistente social não ficou fora desta instrumentalização, onde a crescente racionalização e burocratização do Serviço Social formataram as práticas relacionais e profissionais em seu seio, no que tange dois aspectos: por um lado, contribuiu para uma concepção “crítica-dialética” atrelada a uma postura meramente assistencialista e sem nenhuma abordagem adequada em relação ao tema da “ética” e das “questões sociais”, pois negligenciava a análise da relação indivíduo-sociedade; e, por outro lado, no interior das instituições, favoreceu para a coisificação, instrumentalização e burocratização das relações sociais entre os assistentes sociais e destes com os usuários de seus serviços.

Os autores citados anteriormente nos servem de referências para compreender que as profissões, as práticas profissionais e relacionais nos múltiplos ambientes (de trabalho, das ciências, das religiões, dos sentimentos e dos pensamentos envoltos, etc.) estão diante de um processo de crescente racionalização da vida, onde a moral e a ética estão sendo instrumentalizadas para atender aos interesses privados e fragmentados de um determinado indivíduo ou grupo. A separação entre as esferas privada e pública no âmbito ontológico significou a deterioração da concepção do indivíduo enquanto ser comunitário, ao mesmo tempo em que divorciou a ética de outras áreas, como a da política ou a da própria prática profissional. Neste sentido, um político destituído de uma ética verdadeiramente humana vai agir egologicamente na vida pública como se esta fosse privada, tornando moral o que seria imoral numa perspectiva da ética da solidariedade. A corrupção torna-se então prática comum, pois tudo o que o corrupto enxerga é o próprio interesse e uma vida onde as coisas

giram em torno da luta diária pela sobrevivência (ética da sobrevivência ou da autodefesa). Nesta direção, o assistente social pode, pelo corporativismo e pelo olhar cartesiano-fragmentado-ofuscado, assumir e defender a moral vigente nas práticas relacionais de seu grupo profissional em detrimento das outras morais profissionais, pois, o que para si é imoral, para o outro pode ser moral, como ocorreu no exemplo de Cortella (2012).

A ética da sobrevivência ou da autodefesa são os princípios que orientam o agir moral dos grupos em colisão. A moral diz respeito às normas de condutas adotadas pelo grupo, e se um indivíduo quebra com alguma norma, seu comportamento é concebido como imoral. É uma questão que envolve o sentimento de “estar junto” e a busca pela aceitabilidade no grupo, pois assim como apoia os colegas de profissão, pode cobrar a mesma retribuição. Já a ética se refere aos princípios que questionam e direcionam o comportamento moral. Em resumo, enquanto a moral é uma convenção, a ética é uma ótica, uma reflexão. No exemplo de Cortella (2012), motoristas e policiais defendiam seus interesses particulares através do corporativismo, sendo este o componente moral que unia um grupo contra o outro. Porém, ambos seguiam um mesmo princípio ético: a sobrevivência egológica pautada na autodefesa. Acreditamos que o “politeísmo de valores” e a “colisão de valores” retratados neste exemplo se constituem em fenômenos os quais aprofundam o individualismo em nossa sociedade.

O assistente social pode afirmar que a sua profissão é regida por um “código de ética”, porém, na verdade não se trata efetivamente de uma ética, mas de um conjunto de regras morais contidas em um texto o qual objetiva construir uma cultura ética. E neste contexto nos vêm ao pensamento o seguinte questionamento: “O ‘Código de Ética do Serviço Social’ pode assumir para os assistentes sociais o mesmo significado que os protestantes atribuíram aos mandamentos bíblicos? Algo meramente racionalizado, impessoal e burocrático?”. Se a resposta for afirmativa, devemos ficar atentos para as consequências advindas deste processo em nossa vida, porque podemos inconscientemente até adotar comportamentos morais segundo o grupo que participamos, porém, podemos desenvolver práticas relacionais pautadas na indiferença, seja com aqueles que permeiam nosso horizonte de amizade e parentesco, seja com aqueles do nosso meio profissional e institucional, já que, como bem diz Buber (2001), podemos esquecer aquilo que é mais característico do ser humano: a nossa “humanidade”.

Weber (1988, 1995), constatou que a Modernidade inaugurou um olhar fragmentado do mundo ao desencantá-lo, onde as relações sociais no seu interior são construídas com base no princípio da subjetividade (Razão Instrumental) e mediadas por códigos impessoais fragmentados. A subjetividade, por sua vez, se constitui no meio pela qual o indivíduo irá fazer escolhas entre condutas morais ou imorais, conforme as conveniências, pois vivemos em uma sociedade regida por um politeísmo e colisão de valores, valores estes que o

indivíduo deve se decidir, como diz Weber (1995), entre a ética da autodefesa e a ética do sermão da montanha. Ou seja, nós somos obrigados a escolher entre uma “ética mundana da luta pela sobrevivência” e uma “ética fraterna da solidariedade”.

A ética fraterna da solidariedade molda a concepção ontológica do “ser comunitário”, pois neste as esferas privada e a pública são indissociáveis, apontando para o indivíduo um caminho moral. Já a ética da luta pela sobrevivência configura o indivíduo predominantemente segundo a dimensão egológica no momento em que há a separação e autonomização entre as esferas privada e pública, significando a separação entre o indivíduo e a sociedade, onde aquele permanece no mundo do Isso (BUBER, 2001) para escolher qual moral seguirá contra as outras. Mas, àqueles que escolherem a primeira opção, que escolha pelo coração, e não por obrigação.

Constatamos que vivemos numa época marcada pela ausência de participação política dos “cidadãos” na esfera pública, ao mesmo tempo em que, aqueles que participam efetivamente nela a tratam como se fosse privada. E porque isso ocorre na contemporaneidade? Devido a uma crise na formação educacional e também profissional. Formação esta ainda permeada por uma ética egológica, por uma moral mecanicista e por um olhar fragmentado, burocratizado, racionalizado, instrumentalizado e ofuscado, pois estamos diante de uma educação que direcionam as pessoas para um processo que Mounier (2004) denomina de “Despersonalização”, que nada mais é do que a extinção do chamado “ser comunitário e engajado na vida política”. Neste contexto, conforme pensa Arendt (1957), a política deixaria de existir ou entraria em crise. E o problema aprofundar-se-ia na medida em que a indiferença fosse apoderando-se das relações sociais.

A “Despersonalização” é um fenômeno que se realiza quando na relação social o indivíduo perde a percepção do outro como “pessoa” ao coisificá-lo e, ao fazer isso, coisifica a si mesmo. Neste sentido, Mounier (2004) denomina o sujeito egológico de “indivíduo”, um ser coisificado e destituído da ética da alteridade, em oposição ao sujeito que ele chama de “pessoa”, conceito substanciado por uma ética dialógica e da alteridade. Assim sendo, tanto a educação informal quanto a institucional teriam a função de “despertar a pessoa” nos sujeitos ao invés do “indivíduo”, já que, prevalecendo a formação deste último, ficará difícil para nós sairmos daquilo que Arendt (1957) chama de “tempos sombrios”.

Como a educação se aplica à formação científica, profissional e política, não podemos esquecer que o assistente social tem um papel importante também na construção de relações mais humanas e humanizadoras, e isso predominará na medida em que ele se afasta da indiferença e se constitui enquanto “pessoa” e “sujeito engajado na vida pública” aos moldes dos pensamentos de Mounier (2004) e Arendt (1957). Isso é primordial para uma **abertura** e uma **disponibilidade** “ética” de um “Eu” para com um “Tu”, simbolizando uma conexão entre indivíduo e sociedade. Buber (2001) enxerga a relação “Eu-Tu” como

outra possibilidade de existir para além do “Eu-Isso”. Em consonância com Mounier (2004), para Buber (2001) o “Tu” se apresenta ao “Eu” como “pessoa” através de um encontro dialógico. O Encontro é um “evento” que ocorre numa fração de segundos e por “graça”, e como é substanciado por um sentimento intenso e inexplicável, não deixa de provocar mudanças no “Eu”, como gerar o sentimento de “Responsabilidade Dialógica pelo Outro” ou a “Ética da Responsabilidade Dialógica”, mesmo quando a pessoa age no mundo do Isso.

Se o indivíduo atua na vida como “pessoa” (MOUNIER, 2004) e com base na “Ética da Responsabilidade Dialógica” (BUBER, 2001), ele não irá negligenciar a esfera pública, pois esta se apresenta a ele como “Tu” (BUBER, 2001) e “Alteridade” (LÉVINAS, 2010) na relação do face a face. Para o Eu, a esfera pública é dotada de “rostro” (Idem, 2010) e está para além de um simples aglomerado de códigos fragmentados no campo da indiferença.

Crítico da Razão Instrumental, Lévinas (2000) anuncia que a reconstrução do ser humano acontecerá através da negação da objetivação da “alteridade”, ao promover um significado “não instrumental” para este termo, e isso só é possível na medida em que o sujeito se oriente segundo uma “ética” voltada para o “face a face”, para o “rostro”, para a “alteridade”, para a “transcendência” e para a “abertura” ao diálogo. A preocupação deste autor não era em relação a moral como um conjunto normativo permeado de mandamentos, regras ou códigos, mas com a tomada da **consciência ética** na relação eu-outro. Na verdade, não podemos apenas falar de ética, devemos estar abertos para que ela se realize entre o eu e o outro. Segundo ele (2000, 2010), a ética se realiza na relação social.

3. CONCLUSÃO

Para refletir a importância da ética para os profissionais do Serviço Social (sabendo que não se restringe apenas a essa área) analisamos na seção anterior um tipo de olhar que coisifica e/ou extingue o outro da relação, gerando dois fatos conectados um no outro: em primeiro lugar, propicia a perda da percepção do outro como “Pessoa” (“Tu”) e como “Alteridade”, justamente porque a razão instrumental coisifica a todos ao reduzir as relações em um sistema de códigos impessoais, os quais promovem a relação de indiferença; e, em segundo lugar e devido o primeiro, observamos o predomínio de relações sociais esvaziadas de uma “ética verdadeiramente humana”.

As reflexões nos levaram a perceber que o profissional de Serviço Social, assim como vários outros de diversas áreas, deve ser instigado a repensar a própria vida como forma de propiciar o nascimento de uma “consciência ética” acerca das práticas relacionais e profissionais. Portanto, é imprescindível ao assistente social considerar as esferas pessoal

(privada) e profissional (pública) como elementos indissociáveis e que existe vida para além do universo impessoal e instrumental dos códigos. A ética como ótica ou reflexão deve nos orientar na conscientização acerca de uma sociedade que somos levados a fazer escolhas, e dependendo delas, podemos ser fontes do bem ou do mal.

A primazia da consciência ética sobre a moral adotada por um determinado grupo social nos coloca um questionamento buberiano (1982) pelo qual o assistente social deve refletir: é possível, no interior das instituições sociais ou numa empresa privada, em meio a um ambiente caracterizado e norteado por um conjunto de códigos de condutas racionais e impessoais, um dirigente técnico exercer uma responsabilidade dialógica diante do outro? Em seu íntimo, cada profissional encontrará a resposta.

4. REFERÊNCIAS

ADORNO, Teodoro W.; HORKHEIMER, Marx. **Dialética do Esclarecimento**. Tradução de Guido de Almeida. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1988.

ARENDT, Hannah. **A Crise na Educação**. 1957. Disponível em: <<https://docs.google.com/folder/d/0B-YLV8egGwSudGJCc2NQTHJVvVv/edit?docId=0B-YLV8egGwSuMHhrZWhfQmY2bDA>>. Acesso em: 10 janeiro 2013.

BONETTI, Dilséa A.; VINAGRE, Marlice; SALES, Mione A.; GONELLI, Valéria M.(org.) **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis**. 13. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BUBER, Martin. **Do Diálogo e do Dialógico**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

_____. **Eu e Tu**. 8. Ed. São Paulo: Centauro, 2001.

CORTELLA, Mário Sérgio. O Espaço da Ética na Relação Indivíduo e Sociedade. In: BONETTI, Dilséa A. et al. **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis**. 13. Ed. São Paulo: Cortez, 2012. p.59-72.

LEVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito: ensaio sobre a exterioridade**. Lisboa: Ed. 70, 2000.

_____. **Entre Nós: ensaios sobre alteridade**. Trad. de Pergentino Pivatto. Petrópolis – RJ : Ed. Vozes, 2010.

MOUNIER, Emmanuel. **O Personalismo**. Tradução de Vinícius Eduardo Alves. São Paulo: Centauro, 2004.

SIMÕES, Carlos. A Ética das Profissões. In: BONETTI, Dilséa A. et al. **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis**. 13. Ed. São Paulo: Cortez, 2012. p.73-86.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 4 ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1985.

_____. **A Ciência como Vocação.** In: _____. Metodologia das ciências sociais.
Parte II. São Paulo: Cortez, 1995.